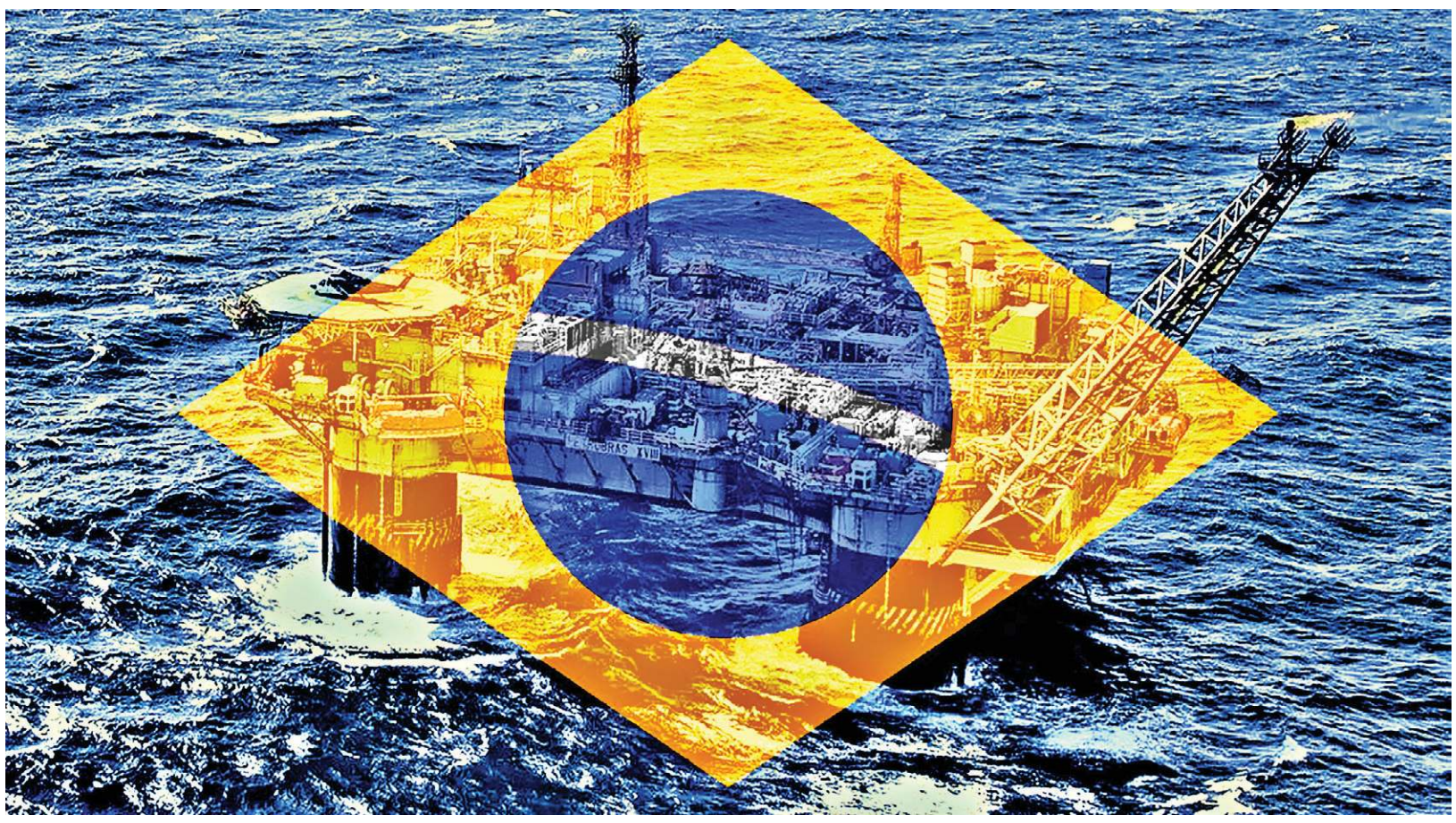
A novela da Margem Equatorial



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O governo se mexeu. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aprovou o Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada para a atividade de pesquisa marítima em bloco da Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, na Margem Equatorial. A Petrobras poderá fazer vistorias e simulados na região onde quer pesquisar novas reservas de petróleo. A análise pelo Ibama do plano da Petrobras de resgate da fauna em caso de vazamento de óleo é vista, no próprio órgão, como a última etapa do processo de licenciamento do poço que a estatal quer perfurar na região.

A questão que envolve a pesquisa de petróleo na Margem Equatorial decorre de um radicalismo das visões de conservação da natureza. Trata-se de uma briga intensa, antiga, sem vencedor aparente. Em todos os países, as cidades foram construídas onde antes existiam florestas. Nova Iorque, que foi comprada dos índios por colonos holandeses em 1626, com o nome de Nova Amsterdã, era um gigantesco pântano. Hoje, é um uma floresta de prédios. E assim toda a planície norte-americana, onde até os animais, os bisões, foram extintos junto com os índios. O Brasil não precisa ser tão radical. Pode equilibrar um e outro lado. Mas não pode preservar a floresta para os gringos fotografarem jacaré e macaco enquanto nativos passam por dificuldades.

A Petrobras planeja perfurar inicialmente um poço a cerca de 160 quilômetros da costa do Oiapoque, no Amapá, e a 500 quilômetros da foz do Rio Amazonas. O objetivo da estatal é comprovar a viabilidade econômica de investir para produzir petróleo ali, o que demandaria outra licença do Ibama. Em 2018, o Ibama negou cinco licenciamentos de blocos próximos ao poço 59 pela complexidade ambiental da região. A Petrobras já anunciou a construção de uma base de apoio em Oiapoque, região mais próxima ao ponto de exploração, para responder ao Ibama quanto às insuficiências para o resgate de animais. A empresa também afirmou que deixará barcos disponíveis para a realização de resgates.

A discussão entre os que pretendem deixar a selva intocada e aqueles que defendem levar o progresso e o desenvolvimento aos estados do Norte vai atravessar a próxima década. As últimas fronteiras brasileiras são o extremo Norte e o Noroeste, ricos em minerais, petróleo, ouro, borracha, com água em abundância e muitos rios que proporcionam boa navegação. Alguns deles oferecem situações excepcionais para a construção de hidrelétricas na margem norte do Rio Amazonas. Uma boa briga vem por aí.

Livro — Chegará às livrarias do Brasil, no próximo mês, um livro que merece leitura atenta pelas informações ali contidas obtidas em fontes norte-americanas e na inteligência brasileira. É *Irmãos de armas, a aliança entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra e suas consequências*, de Frank D. McCann, editora Companhia das Letras.

O longo trabalho do professor, falecido em 2021, demonstra vários ângulos da aliança entre os dois países desde o início, na década de 1930, até seu desfecho no governo Geisel. Os brasileiros têm reduzido conhecimento de que muito antes do ataque japonês à base naval de Pearl Harbour, em 1941, o país já era alvo de planejamento militar dos Estados Unidos. O interesse começa em 1939, com o medo crescente de que as nações do Eixo atacassem os Aliados pelo Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial.

Trazer as forças para o Brasil foi, portanto, a estratégia ideal para afastar a ameaça. A negociação resultou numa aliança que se encerraria somente em 1977, sobrevivendo ao confronto mundial e às crises dos anos subsequentes. No período, as forças armadas norte-americanas construíram 16 instalações militares no país, entre elas a Base Aérea de Natal, a maior base fora dos Estados Unidos, que abasteceu os aliados no Oriente Médio e na Ásia. O Brasil criou a Força Expedicionária Brasileira e enviou um esquadrão de caças para lutar na Itália, tornando-se a única nação da América Latina a participar diretamente do confronto.

A partir dos arquivos brasileiros e dos documentos da inteligência norte-americana que se tornaram públicos, Frank D. McCann demonstra como a aliança mudou o curso da Segunda Guerra e teve grande impacto na vida das duas nações. Não havia, na época, aviões capazes de atravessar o Oceano Atlântico. Todo o equipamento bélico, antes da invasão da Europa, foi enviado para o teatro de combate por intermédio da Base de Natal. O monitoramento dos voos e das viagens marítimas foi feito na base construída na ilha de Fernando de Noronha. Frank D. McCann é também o autor do monumental, *Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro* 1889-1937, Companhia das Letras.

A importância da coexistência de associações de grandes e pequenas cidades

» MARGARIDA SALOMÃO
Prefeita de Juiz de Fora e secretária-geral da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
» RODRIGO NEVES
Prefeito de Niterói e vice-presidente de Relações Internacionais da FNP

No Brasil e no mundo, temos assistido ao crescimento na oferta de políticas públicas e no protagonismo das cidades na formulação e pactuação com governos regionais e centrais. Autoridades locais reivindicam a construção e o aprimoramento de ambientes institucionalizados de permanente diálogo entre os diferentes níveis de governo, com o objetivo de definir responsabilidades, acompanhar a execução de políticas e, evidentemente, garantir seu financiamento adequado.

Mas como assegurar um diálogo institucional eficaz se as cidades são tão numerosas e diversas — seja do ponto de vista populacional, econômico, geográfico e cultural? E como tomar frequentes decisões que envolvem milhares de autoridades locais? É justamente por isso que o papel das associações e redes de municípios — regionais, nacionais e até globais — se torna cada vez mais estratégico e amplamente reconhecido.

Cidades grandes, médias e pequenas têm demandas diferentes — e isso se reflete diretamente em como elas se articulam politicamente. Enquanto municípios menores costumam se associar com base no princípio de "um município, um voto", cidades mais populosas tendem a buscar redes que considerem seu peso demográfico, econômico e político. A lógica é compreensível: um prefeito de uma megalópole dificilmente participará de uma assembleia onde sua cidade tem o mesmo peso que um município com poucos habitantes.

Não é um problema de vaidade, mas de coerência com a complexidade da gestão pública. As metrópoles concentram a maior parte da população, do Produto Interno Bruto (PIB) e dos desafios sociais do país. Ainda assim, isso não diminui a importância dos pequenos municípios, que também enfrentam suas legítimas urgências.

No Brasil, essa diferença levou à formação de duas grandes associações de representação municipal: a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), que representa as cidades com mais de 80 mil habitantes — onde vivem dois terços da população brasileira e se produz cerca de 75% do PIB nacional —, e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), com forte presença dos municípios menores.

Esse arranjo não é exclusividade brasileira. Nos Estados Unidos, a National League of Cities (NLC), fundada em 1924, engloba vilas, vilarejos e pequenas cidades, mas conta também com filiação formal de grandes cidades. Já a United States Conference of Mayors (USCM), quase centenária, é a associação focada nas cidades com mais de 30 mil habitantes, com forte influência na definição de políticas públicas nacionais.

Na Alemanha, a Associação Alemã de Cidades e Municípios reúne as 11 mil pequenas e médias cidades do país, enquanto a Associação de Cidades Alemãs conecta as 200 maiores. Berlim, por exemplo, está associada às duas redes, mas atua efetivamente na segunda.

No México, a Conferência Nacional de Municípios agrega associações regionais e um maior número de cidades, e a Associação de Cidades Capitais reúne as capitais regionais. Na Austrália, situação semelhante: a Australian Local Government Association (ALGA) representa todos os governos locais e a Council of Capital City Lord Mayors (CCCLM), os líderes das capitais e de cidades como Sydney e Melbourne.

Mesmo em países não federados, como Holanda e França, os arranjos são parecidos. A Associação de Municípios Holandeses (VNG) representa as 358 cidades do país, mas isso não impede a coexistência harmônica com o Grupo das 4 (G4), formado pelas cidades acima de 200 mil habitantes: Amsterdã, Roterdã, Haia e Utrecht. Na França, que possui mais de 30 mil municípios, a Association des Maires de France (AMF) reúne cidades de todos os portes, enquanto a France Urbaine congrega Paris e as principais cidades francesas.

A coexistência de associações distintas, que refletem e organizam as vozes da diversidade dos territórios, potencializa e fortalece a capacidade de representação de prefeitas e prefeitos. É um sinal de maturidade democrática, pois o modelo policêntrico afasta quaisquer pretensões hegemônicas. A complementaridade dos arranjos políticos democratiza a representação, amplia o alcance político das pautas urbanas e evita a centralização excessiva, além de conferir ainda mais legitimidade à atuação institucional assertiva e suprapartidária, viabilizando uma atuação harmônica, cooperativa e complementar.

Povos lusófonos

» JORGE ANTUNES
Maestro, compositor, membro da Academia Brasileira de Música

Li, com grande interesse, o artigo que José Sarney publicou no **Correio Braziliense** em sua edição de 9 de maio último. O ex-presidente deu a seu artigo o título *O que é CPLP?*. O articulista relata o processo de criação da instituição, mas não responde à pergunta-título de seu texto. Eu, aqui, para não ser indelicado, também não responderei. Mas narrarei fatos que, talvez, possam permitir ao leitor formular a resposta.

Está faltando um olhar sobre a comunidade dos povos de língua portuguesa. Existe uma mobilização canhestra, bitolada, discriminatória e totalmente carente de demofilia, que tenta congregar países lusófonos e que não busca agregar todos os povos lusófonos.

Uma iniciativa voltada à integração cultural de todos os povos lusófonos foi implementada em Brasília há 25 anos. A Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional de Brasília esteve apinhada de gente na noite de 19 de abril de 1999. A superlotação do teatro se justificava: o concerto marcava a abertura do ano de festejos dos 500 anos do Brasil. Sob encomenda do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), escrevi a composição musical *Cantata dos dez povos*. Era uma obra monumental, com 64 minutos de duração. O palco também estava apinhado de gente: a Orquestra do Teatro com 80 músicos, 150 cantores do Coro Lírico da Escola de Música e do Madrigal de Brasília, quatro cantores solistas e 11 declamadores.

Verificamos ausências inesperadas na plateia. Apesar de terem sido feitos convites formais a todas as embaixadas dos países lusófonos, nenhum representante das sete representações diplomáticas havia comparecido. Sim, eram sete as nações lusófonas. Timor-Leste ainda não era um país. O mistério acerca das surpreendentes ausências só seria desvendado alguns dias depois.

Era muito difícil, para mim, homenagear o chamado "descobrimento do Brasil", por estar convencido de que o Brasil não fora descoberto. Ele havia sido invadido havia 500 anos. Não tinha acontecido um descobrimento. Em realidade, foi um encobrimento que se iniciou em 1500: um verdadeiro encobrimento cultural.

Optei, então, por homenagear a língua portuguesa, importante elo de união entre os 10 diferentes povos que se originaram da saga portuguesa da época das grandes navegações. Assim, utilizei textos de escritores de Portugal, Brasil, Macau, Goa, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Timor-Leste.

A UnB contava com estudantes africanos bolsistas, originários dos países lusófonos. Assim, os poemas de Agostinho Neto, Xanana Gusmão, Camilo Pessanha, Gerson Valle, Vasco Cabral, Marcelo da Veiga, Fernando Pessoa e tantos outros puderam ser ditos com vozes e inflexões enriquecidas pelos sotaques originais.

Um vazamento de informação veio, uma semana depois, esclarecer o mistério da ausência coletiva das representações diplomáticas: o concerto não homenageava apenas os países lusófonos. As autoridades haviam se sentido desconfortáveis porque o concerto homenageava também três povos que não se constituíam como países: Timor-Leste, Goa e Macau.

A língua portuguesa corre o risco de morrer à míngua em Macau e em Goa. Há alguns anos, o editor Victor Alegria, nosso cidadão patrimônio luso-brasileiro que dirige a editora Thesaurus, enviava graciosamente vários livros em nossa língua para Macau, atendendo a macauenses que denunciavam a morte gradual da língua portuguesa naquela região. Infelizmente, hoje, o concani e o marata são os idiomas mais falados naquele estado chinês.

A omissão brasileira e o desinteresse português fazem com que o mesmo fenômeno possa vir a acontecer nos territórios da Índia portuguesa, em que é praticada nossa língua: Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli. Para que a língua portuguesa possa continuar com os seus mais de 300 milhões de falantes nativos e que continue a ser a quinta língua mais falada no mundo, é preciso que nossas autoridades abandonem a política de aproximação de países lusófonos para adotar a política de aproximação dos povos lusófonos. Ideal seria que a primeira letra P da sigla CPLP deixasse de significar a palavra países, para dar lugar à palavra povos.

Sarney, em seu artigo, nos ensina que a CPLP é presidida, em rodízio, pelos presidentes dos países em que se fala a língua portuguesa. Ideal seria que, nesse grupo, se integrassem também outros líderes, tais como o chefe do Executivo de Macau, o governador de Goa e o tenente-governador de Nagar-Aveli.

Creio que, com esse relato, o leitor já poderá dar uma resposta à pergunta de José Sarney.